

01-0644

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI	01 - 0644 / 2005	DE	2005
MATÉRIA LEGISLATIVA	PL 01 - 0644 / 2005	DE	06/10/2005
PROMOVENTE	VEREADOR	FARFAT	
EMENTA: INSTITUI O PROGRAMA ADOTE UM CLUBE DA COMUNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			
DELIBERADO			

ARQUIVADO EM 19/01/2009

Viviane Ferreira Pó

CHEFE DE SEÇÃO
VIVIANE FERREIRA PÓ
Supervisora
SGP-33

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
5/11/2010 16:33:11

00000020819-11





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Gabinete do Vereador Dr. Farhat

01 do proc.
Nº 644/05

LIPO HOJE
AS COMEÇO DE: 13 OUT 2005
Constituição do Município
Finanças e Despesas
P - 11 NTE

PROJETO DE LEI Nº

01 - PL
01-0644/2005

"Institui o Programa ADOTE UM CLUBE DA COMUNIDADE e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no Município de São Paulo o "Programa Adote um Clube da Comunidade".

Parágrafo único. O programa previsto no "caput" tem por objeto promover a instrumentalização, desenvolvimento técnico, conservação, preservação, ampliação e melhoria de equipamentos públicos dos Clubes da Comunidade do Município de São Paulo, através do engajamento entre iniciativa pública e iniciativa privada.

Art. 2º Para o desenvolvimento do Programa ora instituído, poderão ser celebrados Termos de Cooperação com pessoas jurídicas, visando o recebimento de bens e serviços.

Art. 3º. O recebimento de bens e serviços referidos no artigo anterior não gerará à Cooperante qualquer direito ou prerrogativa sobre o equipamento, nem sobre as normas ou diretrizes de seu funcionamento.

EQUIPE DE PUBLICAÇÃO
13 OUT 2005
P. 42

1. ALPH. C. C.
 2. ALPH. C. C.
 3. ALPH. C. C.
 4. ALPH. C. C.
 5. ALPH. C. C.
 6. ALPH. C. C.
 7. ALPH. C. C.
 8. ALPH. C. C.
 9. ALPH. C. C.
 10. ALPH. C. C.
 11. ALPH. C. C.
 12. ALPH. C. C.
 13. ALPH. C. C.
 14. ALPH. C. C.
 15. ALPH. C. C.
 16. ALPH. C. C.
 17. ALPH. C. C.
 18. ALPH. C. C.
 19. ALPH. C. C.
 20. ALPH. C. C.
 21. ALPH. C. C.
 22. ALPH. C. C.
 23. ALPH. C. C.
 24. ALPH. C. C.
 25. ALPH. C. C.
 26. ALPH. C. C.
 27. ALPH. C. C.
 28. ALPH. C. C.
 29. ALPH. C. C.
 30. ALPH. C. C.
 31. ALPH. C. C.
 32. ALPH. C. C.
 33. ALPH. C. C.
 34. ALPH. C. C.
 35. ALPH. C. C.
 36. ALPH. C. C.
 37. ALPH. C. C.
 38. ALPH. C. C.
 39. ALPH. C. C.
 40. ALPH. C. C.
 41. ALPH. C. C.
 42. ALPH. C. C.
 43. ALPH. C. C.
 44. ALPH. C. C.
 45. ALPH. C. C.
 46. ALPH. C. C.
 47. ALPH. C. C.
 48. ALPH. C. C.
 49. ALPH. C. C.
 50. ALPH. C. C.
 51. ALPH. C. C.
 52. ALPH. C. C.
 53. ALPH. C. C.
 54. ALPH. C. C.
 55. ALPH. C. C.
 56. ALPH. C. C.
 57. ALPH. C. C.
 58. ALPH. C. C.
 59. ALPH. C. C.
 60. ALPH. C. C.
 61. ALPH. C. C.
 62. ALPH. C. C.
 63. ALPH. C. C.
 64. ALPH. C. C.
 65. ALPH. C. C.
 66. ALPH. C. C.
 67. ALPH. C. C.
 68. ALPH. C. C.
 69. ALPH. C. C.
 70. ALPH. C. C.
 71. ALPH. C. C.
 72. ALPH. C. C.
 73. ALPH. C. C.
 74. ALPH. C. C.
 75. ALPH. C. C.
 76. ALPH. C. C.
 77. ALPH. C. C.
 78. ALPH. C. C.
 79. ALPH. C. C.
 80. ALPH. C. C.
 81. ALPH. C. C.
 82. ALPH. C. C.
 83. ALPH. C. C.
 84. ALPH. C. C.
 85. ALPH. C. C.
 86. ALPH. C. C.
 87. ALPH. C. C.
 88. ALPH. C. C.
 89. ALPH. C. C.
 90. ALPH. C. C.
 91. ALPH. C. C.
 92. ALPH. C. C.
 93. ALPH. C. C.
 94. ALPH. C. C.
 95. ALPH. C. C.
 96. ALPH. C. C.
 97. ALPH. C. C.
 98. ALPH. C. C.
 99. ALPH. C. C.
 100. ALPH. C. C.

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUIE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s):

sob nº 2 1 3 e busca de informação sob nº

04 08.11/0531 (Set)

Adelina Cicone

Assistente Parlamentar

Registro 100.406



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Gabinete do Vereador Dr. Farhat

Folha nº 02 do proc.
Nº 644 de 05

Assinatura Vereador
RF. 100.406

Art. 4º. A cooperação se dará sem qualquer ônus para a Prefeitura do Município de São Paulo.

Art. 5º. A título de contrapartida, fica permitido à Cooperante, no prazo de vigência do Termo firmado, a colocação de sua publicidade em uniformes, placas e painéis.

Parágrafo único. A publicidade deverá atender ao princípio da proporcionalidade e da razoabilidade em relação aos benefícios realizados nos Clubes da Comunidade.

Art. 6º. As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 04 de Outubro de 2005


DR. FARHAT
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Gabinete do Vereador Dr. Farhat

Folha nº 03 do proc.

Nº 644 de 05

Assessoria Jurídica - Ass. Parlamentar

RF. 100.406

JUSTIFICATIVA

É fato público e notório a situação de falta de conservação e manutenção, bem como de equipamentos para prática esportiva nos hoje denominados Clubes da Comunidade, ou antigos Centros Desportivos Municipais.

Dessa forma, um espaço destinado ao esporte e lazer da população não consegue cumprir sua função, em razão da deficiência no emprego de verbas nessa área pelo Poder Público.

Com o objetivo de solucionar essa questão apresentamos essa proposta que busca a contribuição da sociedade civil na manutenção desses equipamentos públicos. Providência dessa mesma natureza já foi adotada pela Municipalidade em relação à conservação de praças e escolas, e do que temos notícias caminha de forma bastante satisfatória.

Esperamos, portanto, merecer o apoio dos nobres pares, para a aprovação da propositura.


DR. FARHAT
- Vereador -



Câmara Municipal de São Paulo

SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO

Papel para informação, rubricado como folha nº 04

do processo n.º 01-644 de 2005 09/11/05 (a) 01

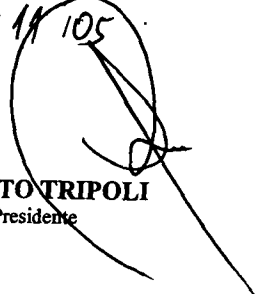
Adelina Cicone Battochio
Assistente Parlamentar
RF 100406

Tendo em vista o disposto no art. 212, incisos III e IV do R.I., sobre o assunto consta:

LEI 13.311/02, 12.406/97, 13.790/04, 13.718/04

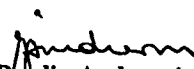

Inácio Veiga
Supervisor de Contr. do Proc. Legislativo
SGP-22

Ao Nobre Vereador FARHAT:
Para se manifestar sobre a Lei 13.311/02.

24/11/05

ROBERTO TRIPOLI
Presidente

Ao Nobre Vereador FARHAT:
Nos termos do despacho do Sr. Presidente.

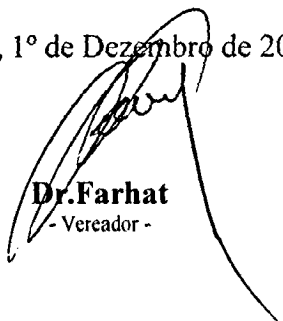
24/11/05


Ângela Bordin Andreoni
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

Exmo. Sr. Presidente,

Em atenção ao R.despacho de fls. 07, informamos que realizada a análise da citada Lei, nos manifestamos pelo prosseguimento da presente proposta, tendo em vista os diferenciais por ela enunciados.

São Paulo, 1º de Dezembro de 2005.


Dr. Farhat
- Vereador -

Segred(m) juntado(s), nesta
...mento(s) e folha de
...rubrica...
05
29.12.06
Adelina Cicone

Assistente Parlamentar
Registro 100.406



Câmara Municipal de São Paulo

SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO

Papel para informação, rubricado como folha nº 05

do processo n.º 01-644 de 2005 19/10/06 (a) 60

Adelina Cicone

Assistente Parlamentar

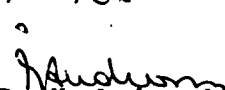
Ante a manifestação do autor, para prosseguimento regimental Registro 100.406

25/10/06

ROBERTO TRIPOLI
Presidente

À Comissão de Constituição e Justiça.

25/10/06


Ângela Bordin Andreoni
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Secretaria de Apoio Legislativo

SOLANGE RIBEIRO DOS SANTOS
R.F. 10801
Secretária

termos do s.º, art.º 1.º do R.º.

RECEBIDO NA ACJ-3

**SUPERVISÃO DA ACESSORIA TÉCNICO-
JURÍDICA DO PROCESSO LEGISLATIVO**

EM 05/12/06 ÀS 14:00 HS

POR [Assinatura]

Δ / 27 / 12 / 06 - 15:00h

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

90.000.000,00 de francs suisses, et de la somme de 100.000.000,00 de francs suisses, à répartir entre les départements de la région, à raison de 100.000.000,00 de francs suisses par département.

Segue(m) jun. de: (nº(s) de processo(s) rubricado(s))
 sob nº 06 e 04 ... de informação nº

~~SOLANGE RAIMUNDO DOS SANTOS~~
~~R.F. 01~~
~~Secretaria~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 06 do proc.
nº 01-644 de 20 05

Solange Raimond dos Santos
RF. 10-841

16 - PAR
16- 0193/2007

PARECER Nº _____ DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 644/05.

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do nobre Vereador Dr. Farhat, que visa instituir o Programa Adote um Clube da Comunidade que tem por objeto promover a instrumentalização, desenvolvimento técnico, conservação, preservação, ampliação e melhoria de equipamentos públicos dos Clubes da Comunidade.

Segundo a proposta, poderiam ser celebrados Termos de Cooperação com pessoas jurídicas, visando o recebimento de bens e serviços, mediante a contrapartida de exploração publicitária em uniformes, placas e painéis durante o prazo de vigência do termo firmado.

Sob o ponto de vista legal, nada obsta a presente proposta, eis que incumbe ao Município normatizar a exploração publicitária nas vias e logradouros públicos.

Com efeito, no exercício do poder de polícia administrativa, compete ao Poder Público Municipal disciplinar a afixação de cartazes, anúncios e demais instrumentos de publicidade.

Como ensina Hely Lopes Meirelles, "a publicidade urbana, abrangendo os anúncios de qualquer espécie e forma expostos ao público, deve ficar sujeita à regulamentação e polícia administrativa do Município, por ser assunto de seu interesse local e conter sempre a possibilidade de causar danos ao patrimônio público e à estética da cidade." (in "Direito Administrativo Brasileiro", Malheiros Editores, 6ª ed., pág. 364).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha n.º 04 do proc.

n.º 014-644 de 2005.

Solange Raimond dos Santos
RF: 10.397

Salientamos que o conteúdo da mensagem publicitária veiculada de fato refoge à alçada municipal, eis que o art. 22, XXIX, da Carta Magna reserva privativamente à União a competência legislativa na área de propaganda comercial.

No entanto, pode o Município disciplinar o tamanho, forma e localização dos anúncios na paisagem urbana.

Tanto é assim que a Lei nº 14.223/06 dispõe, ainda que de maneira bastante restritiva, sobre a ordenação de anúncios na paisagem do Município de São Paulo.

De outro lado, a iniciativa legislativa na matéria é concorrente aos Poderes Executivo e Legislativo, nada impedindo que o Vereador disponha sobre o assunto, eis que a Lei Orgânica não impôs nenhuma restrição.

O projeto encontra amparo nos artigos 13, I, 37, "caput", da Lei Orgânica do Município.

Por se tratar de matéria sujeita ao quórum de maioria simples para deliberação, é dispensada a votação em Plenário, cabendo tal prerrogativa às Comissões Permanentes, na forma do art. 46, X, do Regimento Interno desta Casa.

PELA LEGALIDADE.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 07/3/07

PI644-05 A

A Douta Comissão de Trânsito,
Transporte e Atividade Econômica

Em 07/03/07

SOLANGE RAINOVA DOS SANTOS

R.F. 10.835

Secretário

Recebido na Comissão de Trânsito,
Transporte e Atividade Econômica.

Em 09/03/07 às 15h -

EDUARDO VASCONCELOS OLIVEIRA

R.F. 10.835

Secretário

Ao Nobre Vereador / A Nobre Vereadora

Maria Gabrielli

Para relatar.

Sala da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica.

Em 12/03/07

Obs: o prazo para manifestação é de 8 dias, nos

termos do § 3º, artigo 63 do R.I.

Segue em anexo nesta data

Documento e papel de informação

Rubricado sob folha nº 08/07

Em 13/04/07

EDUARDO VASCONCELOS OLIVEIRA

R.F. 10.835

Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

16 - PAR
16- 0485/2007

Folha nº	08	do
Processo nº	644/05	
Eduardo Vasconcellos Oliveira		
Reg. nº	1035	

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE TRÂNSITO,
TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 644/2005.

De autoria do nobre Vereador Farhat (PTB), o projeto institui o "Programa Adote um Clube da Comunidade" com o objetivo de promover a instrumentalização, desenvolvimento técnico, conservação, preservação, ampliação e melhoria de equipamentos públicos dos Clubes da Comunidade do Município de São Paulo, através do engajamento entre iniciativa pública e iniciativa privada.

O termo de colaboração poderá ser celebrado com pessoas jurídicas, visando o recebimento de bens e serviços.

Os bens e serviços referidos não gerarão qualquer tipo de direito ou prerrogativa sobre o equipamento, e nem normas e diretrizes de seu funcionamento ao Cooperante, e que em contrapartida ficará permitida a colocação de sua publicidade em uniformes, placas e painéis, no prazo de vigência do Termo firmado.

Justifica o Autor que a proposta tem como objetivo solucionar o problema de espaço destinado ao lazer da população que não consegue cumprir a sua função, em razão da deficiência no emprego de verbas nessa área pelo Poder Público.

A matéria proposta é meritória, pois procura solucionar a manutenção desses equipamentos públicos deteriorados com a contribuição da sociedade civil.

Esta prática já tem precedente pois a municipalidade por meios de parcerias com a sociedade civil faz a conservação de praças e escolas do Município.

Ante ao exposto somos favoráveis ao presente projeto, mas para uma melhor adequação da matéria proposta e visando aprimorar e tornar mais completa a exigência deste presente projeto, propomos que a colocação da publicidade de placas e painéis seja somente nas áreas internas do clube adotado.

Assim sendo, apresentamos o substitutivo abaixo.

SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA AO PROJETO DE LEI Nº 644/2005

Institui o Programa "ADOTE UM CLUBE DA COMUNIDADE" e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º - Fica instituído no Município de São Paulo o "Programa Adote um Clube da Comunidade".

Parágrafo Único – O Programa previsto no "caput" tem por objetivo promover a instrumentalização, desenvolvimento técnico, conservação, preservação ampliação e melhoria de equipamentos públicos dos Clubes da Comunidade do Município de São Paulo, através do engajamento entre iniciativa pública e iniciativa privada.

Art. 2º - Para o desenvolvimento do Programa ora instituído poderá ser celebrado Termos de Cooperação com pessoas jurídicas, visando o recebimento de bens e serviços.

Art. 3º - O recebimento de bens e serviços referidos no artigo anterior não gerará à Cooperante qualquer tipo de direito ou prerrogativa sobre o equipamento, nem sobre as normas ou diretrizes de seu funcionamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Art. 4º - A cooperação se dará sem qualquer ônus para a Prefeitura do Município de São Paulo.

Art. 5º - A título de contrapartida, fica permitindo a Cooperante, no prazo de vigência do Termo firmado, a colocação de sua publicidade em uniformes, placas e painéis.

Parágrafo Único - A Publicidade deverá atender o princípio da proporcionalidade e razoabilidade em relação aos benefícios realizados nos Clubes da Comunidade e deverá também se restringir e às áreas internas do clube adotado.

Art. 6º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, 12/04/07.

Presidente

Relator

A
Douta Comissão de *EDUCAÇÃO*,

Em 13/04/07

EDUARDO VASCONCELOS OLIVEIRA

RF. 10.835

Secretário

RECEBIDO	
Comissão de Educação, Cultura e Esportes	
Em <u>13/04/07</u>	to
<i>Mônica R. A. Paiva</i> RF <u>10.799</u>	

MÔNICA R. A. PAIVA

RF 10.799

Secretária

Ao Nobre Vereador / A Nobre Vereadora	
<i>Ademir da Silva</i>	
Para relatar	
Sala da Comissão de Educação, Cultura e Esportes	
Em: <u>25/04/07</u>	<i>CF</i>
Presidente	
Obs. o prazo para manifestação é de 8 dias, nos termos do § 3º, artigo 63 do R.I	

Segue <u>juntado</u> / <u>anexo</u> dos <u>documentos</u>	<u>4</u>
e papel de informação rubrica	<u>na</u>
Nº <u>10</u>	
Em <u>13/04/07</u>	<i>CF</i>

MÔNICA R. A. PAIVA

RF 10.799

Secretária



16 - PAR
16- 1162/2007

Câmara Municipal de São Paulo Vereador Ademir da Guia

PARECER Nº _____ DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E
ESPORTES SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0644/2005 – RELATOR
VEREADOR ADEMIR DA GUIA -

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador Dr. Farhat que visa instituir o Programa Adote um Clube da Comunidade que tem por objeto promover a instrumentalização, desenvolvimento técnico, conservação, preservação, ampliação e melhoria de equipamentos públicos dos Clubes da Comunidade e dá outra.

Por esteirar-se nos princípios fundamentais da Carta Cidadã e, arrimar-se na Lei orgânica do Município, a propositura sob exame, teve o parecer lavra da Douta Comissão de Constituição e Justiça desta edilidade, pela **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

No mérito, o Projeto de Lei, eiva-se de coerência, haja vista que, o seu teor tem feições de natureza social e interativa, buscando não só manutenção, como a utilização do equipamento público através de cooperação popular. Isto é síntese de uma harmoniosa relação entre o interesse público e o interesse almejado pelo público (população).

Destarte, sou FAVORÁVEL a presente propositura.

Comissão de Educação Cultura e Esporte, em 14/09/07

Presidente

Ademir da Guia
VEREADOR ADEMIR DA GUIA
RELATOR

A douta Comissão de
Finanças e Orçamento
Em 09/09/07

MÔNICA R. A. PAIVA
RF 10.799
Secretária

RECEBIDO NA COMISSÃO DE
FINANÇAS E ORÇAMENTO
12, 09, 07 às 16:00

MÁRIO SÉRGIO HORTA
RF 101.086
Secretário

Ao Nobre Vereador / A Nobre Vereadora
PAULO EDUARDO
Para relatar.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento.
Em: 12/9/2007
Presidente
Obs: o prazo para manifestação é de 8 dias, nos
termos do § 3º, artigo 63 do R.I.

Segue _____ juntado _____, nesta data
Documento _____ e papel de informação
Rubricado _____ sob folha _____ nº 11
Em 07/11/07

MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
Técnico Parlamentar



folha nº - 11 - do ✓
Processo nº 644/05
Maria Tereza Affonso da Silva
Reg. 10.651 MDS

16 - PAR
16- 1691/2007

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO
DE LEI Nº 644/2005**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Farhat, visa instituir o Programa "Adote um Clube da Comunidade", que tem por objetivo promover a instrumentalização, desenvolvimento técnico, conservação, preservação, ampliação e melhoria de equipamentos públicos dos Clubes da Comunidade do Município de São Paulo, através do engajamento entre iniciativa pública e iniciativa privada.

A douta Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica exarou parecer favorável com apresentação de substitutivo "para uma melhor adequação da matéria proposta e visando aprimorar e tornar mais completa a exigência" do projeto, propondo a colocação da publicidade de placas e painéis apenas nas áreas internas do clube adotado.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor, porquanto as despesas para sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 07/11/07

[Handwritten signatures and stamps]

[Stamp: Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica]

[Stamp: 17 - RELCOM 17- 2168/2007]

Publicação de matéria de deliberação
pelas Comissões

Parâmetros: 06, 08, 10 e 11

Página: 10 11 2007

Folha: 210 2ª

Conforme § 1º, artigo 82 do Regimento
Interno

Conferido por: *Maria Tereza*

MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
Técnico Parlamentar

A SGP-23

São Paulo, 12/11/07

M.T.S.

MARIA TEREZA AFFONSO DA SILVA
Técnico Parlamentar

RECEBIDO EM SGP-23

EM 13/11/07

AS 19:20

Sra. Kathya,

Juntar ao processo o Recurso nº 11-133/07.

27/11/2007

Jose Cristino
JOSÉ CRISTINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo

Sr. Supervisor,

Providenciado de acordo com a determinação de V. Sa.

27/11/2007

Kathya Regina
KATHYA REGINA MORALES DE SOUZA
Assistente Parlamentar

SEGUE —, juntado — nesta data
documento — e papel de Informação
publicado — sob folha — n.º 12
Em 28/11/07

Kathya Regina
Kathya Regina Morales de Souza
Assistente Parlamentar



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 12	do Processo nº 644 de 2005
Kathya Regina Moraes de Souza Assistente Parlamentar	

11 - REC
11- 0133/2007

RECURSO

Requeiro, na forma regimental, nos termos do artigo 82 do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 644/2005, de autoria do Vereador, Dr. Farhat, que, institui o programa adote um clube da comunidade e dá outras providências, seja submetido a apreciação do Plenário.

Sala das sessões.

Protocolo Legislativo - SGP.22
16:41 27/11/2007 002260

À SGP-23
Em 28/11/2007
Ángela Bordin Andreoni
Secretaria de Apoio Legislativo
SGP-2

RECEBIDO EM
- SGP-23 -
27 NOV 2007
18:30 Horas
[Signature]

À

SGP-21 - Senhora Supervisora,

Para as devidas providências, tendo em vista o recebimento de recurso.

28/11/2007

[Signature]
JOSÉ CRISTINO SOUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha
de informação rubricados sob
nº 13
Em 05/01/09
Ass: *[Signature]*

[Signature]
Assistente Parlamentar
RF 100453



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº

13

do processo n.º 01- 644 de 2005

05/01/2009

(a)

Ewa Podolski
Assistente Parlamentar
RF 100453

À SGP-2

Sra. Secretária

Nos termos do art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura), o presente processo preenche os requisitos para arquivamento.

05/01/2009

Luzia de Almeida Leite
Luzia de Almeida Leite
Supervisora de Apoio ao Plenário
SGP - 21

À SGP - 33

Sra. Supervisora,

Encaminho os presentes autos para arquivamento.

05/01/2009

Ângela Bordin Andreoni
Ângela Bordin Andreoni
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

70352

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL

Proc. encerrado com 13 fls.

Arquivado em 19 / 01 / 2009

O Func.º [assinatura]

José Roberto Ferreira
Assistente Parlamentar
RF 100.702

[assinatura]